

SOBRE O GRUPO ÁGUAS DO BRASIL

O **Grupo Águas do Brasil** é uma sociedade anônima de capital fechado, holding de concessionárias, com excelência em captação, tratamento e distribuição de água, além da coleta e tratamento de esgoto. Fundado em 1998, está entre as maiores empresas do setor no país, e suas operações levam qualidade de vida e saúde a milhões de habitantes.

Presente em três estados brasileiros - Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais - conta com 14 concessionárias e 2 unidades industriais, atendendo 32 municípios e população total atendida superior a 5 milhões de habitantes.

O Grupo é reconhecido pelas iniciativas inovadoras de redução de perdas e pelas ações sustentáveis. Esse compromisso com a inovação tem promovido avanços significativos, levando os municípios de Niterói, Campos dos Goytacazes e Petrópolis a conquistarem, respectivamente, a primeira, segunda e terceira colocação no estado do Rio de Janeiro, segundo o Ranking de Saneamento 2025 do Instituto Trata Brasil.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), o Grupo atua para equacionar o desafio do saneamento básico no Brasil, universalizando os serviços.

Águas da Imperatriz, concessionária que atende o município de Teresópolis/RJ, é representada legalmente pelos diretores Carlos Eduardo Tavares de Castro e Marcio Salles Gomes.

INFORMAÇÕES

Os clientes da Águas da Imperatriz que desejam obter mais informações sobre a qualidade da água podem procurar a loja de atendimento, Avenida Feliciano Sodré, 1014 – Várzea - Teresópolis, ou entrar em contato pelos canais de relacionamento: WhatsApp (21) 97211-8064, site www.aguasdaimperatriz.com.br, Aplicativo Cliente Águas ou 0800 773 1056.

Águas da Imperatriz S/A - Rua Nilza Chiapeta Fadigas, 385, Várzea - Teresópolis. Os órgãos responsáveis pela Vigilância da Qualidade da Água deste município são:

Secretaria Estadual de Saúde - RJ. - Rua México, nº 128 / 4º andar - Assessoria de Doenças transmitidas por Água e Alimentos - Tel.: (21) 2299-9744 / 2299-9745.

Secretaria Municipal de Saúde de Teresópolis - Vigilância em saúde Ambiental localizado na Rua Júlio Rosa, nº 366 - Tijuca - Tel.: (21) 2043-3638 / (21) 2742-3352 Ramal 300.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Decreto Presidencial 5.440, de 04/05/2005, que institui mecanismos para divulgação das informações sobre a qualidade da água distribuída para consumo humano. Lei 8.078, de 11/09/1990, que dispõe sobre o Código de Proteção e Defesa do Consumidor, conforme:

Artigo 6º - São direitos básicos do consumidor: III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem. (Redação dada pela Lei nº 12.741, de 2012).

Artigo 31º - A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

Anexo XX, da Portaria de Consolidação nº 5/2017, alterado pela Portaria GM/MS Nº 888/2021 e Portaria GM/MS Nº 2.472/2021 - dentre as obrigações dos responsáveis pela operação do sistema de abastecimento de água, destacam-se as seguintes ações:

- Realizar o controle da qualidade da água;
- Garantir a operação e a manutenção das instalações destinadas ao abastecimento de água potável;
- Manter registros e fornecimento de informações periódicas às autoridades de saúde pública a respeito da qualidade da água.

Relatório Anual de Qualidade da Água 2025

Sistema de Abastecimento BONSUCESSO

MANANCIAL

A água produzida e distribuída do sistema do Bonsucesso é captada no Vale de Bonsucesso, parte do terceiro distrito do município de Teresópolis, RJ. Trata-se de uma captação do tipo barragem, situada no Córrego Bonsucesso, nas coordenadas 22°17'32.27"S e 42°46'12.82"O.

Conforme resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005, esta água pode ser enquadrada como Corpo de Água Doce de Classe 2, que pode ser destinada ao abastecimento para consumo humano, após tratamento convencional. Os artigos 8º e 9º desta mesma resolução CONAMA intitula o poder público como responsável por realizar o monitoramento e controle da qualidade da água do manancial. No estado do Rio de Janeiro, o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) é responsável por estas atividades.

PROCESSOS DE TRATAMENTO DA ÁGUA

Coagulação	Processo de adição de produto químico em que transforma as impurezas em partículas que possam ser removidas pela decantação e filtração.
Floculação	Processo de formação de flocos a partir de partículas coloidais desestabilizadas visando sua remoção em processo de separação posterior.
Decantação	Processo de separação do material sólido presente em um líquido pela gravidade.
Filtração	Processo de separação de sólido-líquido, por meio granular, onde as partículas presentes na água ficam retidas.
Desinfecção	Processo que garante a eliminação dos microrganismos patogênicos.
Fluoretação	Processo de adição de flúor à água para auxiliar na prevenção de cáries.
Correção de pH	Processo de correção da acidez da água, através da adição de alcalinizante.

MONITORAMENTO

A concessionária Águas da Imperatriz realiza o monitoramento e o controle de qualidade da água, conforme solicitado pelas legislações pertinentes. Os parâmetros básicos monitorados, bem como suas descrições e padrões de potabilidade, seguem abaixo.

Fluoreto	Teor de concentração do íon fluoreto presente na água destinada ao consumo humano para produzir os efeitos desejados à prevenção da cárie dental. Apresenta valor máximo permitido pela Portaria GM/MS Nº 888/2021 e Portaria GM/MS Nº 2.472/2021 de 1,5mg/L.
Cloro Residual Livre	Quantidade de cloro que permanece na rede de distribuição após o processo de desinfecção, capaz de manter a qualidade da água distribuída ao longo de todo o percurso na rede. Apresenta limite compreendido entre 0,2 e 5mg/L.
Turbidez	Característica que mede o grau de transparência da água. Apresenta valor máximo permitido na rede de distribuição de 5,0 uT.
Cor Aparente	Característica que mede o grau de coloração da água. Apresenta valor máximo permitido de 15 uH.
pH	Indicador do grau de neutralidade, acidez e alcalinidade da água. Ideal entre 6,0 e 9,0.
Coliformes Totais	Indicador de integridade do sistema de distribuição. Deve demonstrar ausência em 95% das amostras.
Escherichia Coli	Indicador de contaminação fecal. Deve demonstrar ausência em 100% das amostras.

CONTROLE DE QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA

Referência 2025	Portaria GM/MS Nº 888, de 4 de maio de 2021 e Portaria GM/MS Nº 2472 de 28 de setembro de 2021														
	Responsável Técnico: Neylton Antonio Maluf Junior														
	CRQ: 33021211														
	Físico - Químico									Bacteriológico					
	Cloro Residual Livre			Turbidez			Cor			Coliformes Totais			Escherichia Coli		
	0,2 a 5,0 mg/L			VMP = 5,0 uT			VMP = 15 uH			Ausência em 100 ml em 95% das amostras examinadas/mês			Ausência em 100 ml		
	Nº Amostras Exigidas	Nº Amostras Realizadas	Valor Médio Detectado	Nº Amostras Exigidas	Nº Amostras Realizadas	Valor Médio Detectado	Nº Amostras Exigidas	Nº Amostras Realizadas	Valor Médio Detectado	Nº Amostras Exigidas	Nº Amostras Realizadas	Nº Amostras Conformes	Nº Amostras Exigidas	Nº Amostras Realizadas	Nº Amostras Conformes
Janeiro	5	6	1,5	5	6	0,3	5	6	6	5	6	6	5	6	6
Fevereiro	5	6	2,8	5	6	0,5	5	6	5	5	6	6	5	6	6
Março	5	6	1,8	5	6	0,6	5	6	5	5	6	6	5	6	6
Abril	5	5	3,8	5	5	0,9	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Maio	5	7	2,6	5	7	1,0	5	7	5	5	7	7	5	7	7
Junho	5	8	2,1	5	8	0,8	5	8	4	5	8	8	5	8	8
Julho	5	9	2,4	5	9	0,8	5	9	3	5	9	9	5	9	9
Agosto	5	8	1,3	5	8	0,5	5	8	3	5	8	8	5	8	8
Setembro	5	8	1,8	5	8	0,6	5	8	4	5	8	8	5	8	8
Outubro	5	6	1,7	5	6	0,7	5	6	5	5	6	6	5	6	6
Novembro	5	7	2,1	5	7	0,5	5	7	4	5	7	7	5	7	7
Dezembro	5	8	1,8	5	8	0,8	5	8	6	5	8	8	5	8	8

VMP = Valor Máximo Permitido.
Sistema: Bonsucesso.
Processo de Tratamento UT Bonsucesso: desinfecção.
Município Abastecido: Teresópolis/RJ.

* Dispensada a análise de pH e fluoreto no sistema (reservatório e rede), conforme Portaria GM/MS Nº 2.472/2021.

